

**QUEM NÃO SABE ARTE, NÃO NA ESTIMA (CAMÕES, LUS. V. 97)
TRADUZIR AUTORES LATINOS EM PORTUGAL**

Não colhem grande sedução, pelo menos em Portugal, as publicações de textos latinos sobre a nossa época de quinhentos e épocas sucessivas. Conhecedores das limitações de um reduzido mercado editorial, livreiros e editoras, mesmo aquelas mais ligadas à investigação avançada, tomam inevitáveis precauções. A auréola de erudição que acompanha a língua latina faz dessas obras coisa bizarra – como outrora saber sânscrito – e repele o comum dos leitores, tornando-se uma espécie de peso morto, peça de museu, mais proveitosa para efemérides comemorativas do que próxima do pensamento actual dos leitores.

Se alargarmos o olhar sobre os autores da Antiguidade clássica em geral, gregos e latinos, o panorama melhora ligeiramente mas não substancialmente. Uma questão parece insolúvel: os autores clássicos foram traduzidos e retraduzidos com frequência, ao longo de todas as idades. A maioria das línguas modernas europeias está dotada de diversas traduções, umas mais recentes outras mais antigas, das obras dos autores clássicos. A quem interessam, pois, as novas traduções? E de que serve sobrecarregar *curricula* universitários com pavorosas cadeiras de ‘línguas mortas’? De que serve continuar a traduzir os clássicos, se já estão todos traduzidos? De que serve continuar a fazer traduções de clássicos que já têm tradução portuguesa, por vezes da autoria de autores tão prestigiados como Garrett ou Bocage?

Traduzir de novo uma obra não significa destituir a versão precedente. A nova versão corresponde normalmente ao esforço por revitalizar versões anteriores, pois cada época é sensível a certos aspectos particulares da língua, do ponto de vista da forma, do conteúdo, da interpretação. Torna-se, pois, necessário revitalizar valores literários e estéticos que já não correspondem à sensibilidade actual. Não se trata, portanto, de proceder à simples adequação de um estilo já caído em desuso. O novo tradutor procede também a uma nova exegese.

Para autores de uma época remota como os clássicos, ou mesmo os humanistas de quinhentos e todos aqueles que na Europa culta escreveram em língua latina, a questão torna-se ainda mais candente. É necessário um

trabalho de reverificação, quer em função do conhecimento histórico do passado quer em função dos progressos feitos no conhecimento das ciências linguísticas. Válido para toda a actividade de tradução é o princípio de que para ser um bom tradutor não basta ter um bom conhecimento do idioma de origem. Entre outros requisitos, o conhecimento da língua de origem deve ser acompanhado de um bom conhecimento do ambiente intelectual que assistiu à produção da obra, mas também de uma fina sensibilidade estética (se for um texto literário) aos valores expressivos da língua final. Ora, a sensibilidade estética varia ao longo dos tempos. É por isso que temos um Horácio do século XVI e outro do século XVIII¹, e nenhuma tradução pode considerar-se definitiva.

Como fazer, então, o inventário sistemático de toda a matéria clássica vertida para vernáculo?

Os instrumentos iniciais mais adequados seriam os Dicionários e Catálogos bibliográficos, como António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no séc. XVI* (Lisboa, 1926); ou Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana. História Crítica e Cronológica* (4 vols. Coimbra, 1965-67); ou ainda Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998); mas estes não poderiam dispensar a consulta de outros catálogos dispersos pelas bibliotecas e arquivos do país, de modo particular o *Inventário dos Códices Alcobacenses* (Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930). Instrumento muito útil para um estudo sistemático da actividade de tradução em Portugal será finalmente a obra de A. A. Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal. Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992). O vol. 1º 1495-1834 abrange toda a actividade de tradução daquele período, incluindo a dos clássicos gregos e latinos.

No seu livro sobre *A tradição clássica na literatura portuguesa* (principal fonte destas notas), Luís de Sousa Rebelo traça algumas características do fenómeno da tradução dos clássicos em Portugal e desenha as suas principais linhas de desenvolvimento.

Aí se salienta que a tradução, como actividade autónoma, só aparece com a progressiva fixação do idioma nacional. Estudar as primeiras traduções

¹ Luís de Sousa Rebelo, *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 179.

dos clássicos para vernáculo tem, portanto, um inegável valor filológico, pois permite determinar a evolução da nossa língua, desde as estruturas mais latinizantes até à aquisição de uma arquitectura individual própria.

Os primeiros exemplos de trabalhos de tradução partem naturalmente dos estabelecimentos monásticos, principais centros de difusão da cultura. Os Monges de Cister, por exemplo, e os códices do Mosteiro de Alcobaça apresentam traduções que identificam claramente os seus interesses intelectuais, com obras escolhidas de Cícero, Virgílio e Aristóteles, além de abundantes monografias de temática religiosa, como obras de literatura ascética e mística e da hagiografia cristã. O estudo destas obras permite observar como, de uma prosa rudimentar de intuítos pragmáticos (como a tradução experimental da Regra de S. Bento), se evoluiu para uma língua de qualidades mais amplas, capaz de acompanhar linhas de pensamento mais elaborado.

Largamente conhecida neste domínio é a acção da Casa de Avis², cuja intenção na leitura, estudos e publicação dos clássicos já não era pragmática mas ideológica. Por isso, o maior interesse dirigiu-se então para obras de feição moral, como o *De Beneficiis* de Séneca, largamente transcrito no tratado da *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro, assim como longos excertos de Valério Máximo, Aristóteles e principalmente Cícero. O mesmo Cícero está abundantemente presente no *Leal Conselheiro* de D. Duarte³ e foi objecto de tradução por parte do Infante D. Pedro. O *De Officiis* é uma tradução de apreciável rigor, concebida para a educação de D. Afonso V, como outras traduções dos clássicos que iam nascendo por incumbência régia, para educação do príncipe.

Ao interesse histórico-filológico do estudo das primeiras traduções dos clássicos, acresce agora o interesse crítico-literário. Na verdade, no dobrar do século XV, à medida que aumenta o ascendente das Letras antigas em Portugal, crescem não só as traduções dos clássicos mas também as primeiras composições segundo o novo gosto literário – conservadas essencialmente no Cancioneiro Geral – num período que é considerado precursor do movimento humanista, quando a admiração e imitação dos clássicos se torna sistemática. Vasco Fernandes de Lucena, João Rodrigues de Lucena e João Rodrigues de

² S. T. Pinho, *Humanismo em Portugal: Estudos I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006, 15-92 ("A Corte de Avis e o pré-humanismo").

³ D. Duarte, *Leal Conselheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

Sá de Meneses são alguns dos nomes que exerceram a actividade de tradução nesta época, quando a noção de propriedade literária era ainda desconhecida e a cultura era tomada como património comum. Pela mesma razão, a actividade de tradução que vemos desenvolver-se ao longo do século XVI oscila entre a tradução propriamente dita e a imitação mais ou menos livre, total ou parcial, das obras dos autores clássicos, de que é exemplo perfeito o *Auto dos Anfitriões* de Camões, cujas falas das personagens imitam as do *Anfitrião* de Plauto, ou a *Écloga do Encantamento* em que Sá de Miranda imita artisticamente a narrativa de Amor e Psique, do romance de Apuleio (*Metamorfoseon*, Livros IV, V e VI).

Na poesia, o autor que é objecto de mais imitações e traduções é Horácio. António Ferreira é o primeiro a adoptar o tema e a forma das Odes, mas sucedem-lhe André Falcão de Resende e Aleixo de Siqueira (Évora, 1633), sem esquecer uma outra tradução, muito popular a partir de 1657, atribuída a Francisco da Costa (*Entendimento literal, e construção, portugueza de todas as obras de Horacio principe dos poetas latinos lyricos*). O neoclassicismo acabaria por renovar o interesse por Horácio, em particular pela *Arte Poética* que no século XVIII conheceu, segundo L. Sousa Rebelo, oito traduções portuguesas, uma das quais da Marquesa de Alorna, outra de Cândido Lusitano, um dos teorizadores mais importantes do neoclassicismo. O interesse do neoclassicismo pela *Arte Poética* de Horácio foi ainda o mesmo que levou à tradução de autores que escreveram sobre doutrina estética, nomeadamente Quintiliano, de quem podemos encontrar pelo menos duas traduções no século XVIII, uma de Jerónimo Soares Barbosa e outra de João Rosado Vilalobos.

O interesse por Horácio manter-se-ia ao longo do século XIX, em que a *Arte Poética* conheceu mais três traduções e a lírica continuou a ser modelo da elaboração poética para autores como Filinto Elísio, José Agostinho de Macedo e a Marquesa de Alorna. O próprio Garrett imita algumas odes de Horácio (em *Flores sem fruto*) e traduz ainda Catulo, embora essas tentativas tenham ficado inéditas.⁴

⁴ Américo da Costa Ramalho, "Garrett, tradutor de Catulo", in *Para a História do Humanismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, 277-284. Do mesmo autor, vd, entre outros, "Três Odes de Horácio em alguns quinhentistas portugueses", in *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, 318-332.

Poetas como Catulo, Ovídio e Virgílio também despertam o interesse dos nossos autores. Do último, conhece-se uma versão da *Eneida Portuguesa*, de João Franco Barreto, de 1664, tradução bastante literal, em que o autor prefere forjar muitas vezes latinismos artificiais, em vez de utilizar os termos vernáculos. No século seguinte são tradutores de Virgílio Cândido Lusitano e Luís Ferraz de Novais, e, no séc. XIX, Lima Leitão e Feliciano de Castilho, um dos mestres da Arcádia. Mas o século XVIII imprimiu ainda versões seiscentistas esquecidas, como as *Éclogas* e *Geórgicas* compostas em verso por Leonel da Costa em 1626 e novamente publicadas em 1761. Ovídio mereceu ser traduzido pelo próprio Bocage⁵ (Livro I das *Metamorfoses*), que também traduziu fragmentos da V *Bucólica* de Virgílio, além de José António da Silva Rego e Miguel do Couto Guerreiro. O melhor tradutor de Ovídio foi, no entanto, no juízo de L. Sousa Rebelo, Feliciano de Castilho (*Metamorfoses*, 1841; *Amores*, 1851; *Arte de Amar*, 1861 e *Fastos*, 1862).

Entre os textos latinos poderíamos salientar ainda o teatro, de Terêncio (*As primeiras quatro comédias de Terêncio* foram traduzidas em verso solto por Leonel da Costa mas permaneceram inéditas até 1788-1789) e sobretudo de Séneca, de que Cândido Figueiredo deixou grande número de traduções inéditas. O século XVIII reedita ainda os *Tratados* de Cícero, traduzidos por Duarte de Resende e interessa-se por Pérsio e Juvenal, que Francisco António Martins Basto traduziu em 1837 e 1839.

O interesse do Romantismo pela História Antiga fez renascer sobretudo o interesse pelos historiadores, nomeadamente Tito Lívio, traduzido por Manuel Bernardes Branco entre 1861 e 1880, Salústio, traduzido em 1820 por Miguel le Bourdieu, e Tácito que, depois de 1715 e da tradução de Luís do Couto Félix (*Anais*), conhece ainda diversas traduções, de José Liberato Freire de Carvalho (1830) e José Maria Correia de Lacerda (na década de 1840). Entre as traduções de Tácito inclui-se também a tradução do *Diálogo dos Oradores* (1852) de José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda.

Fenómeno extremamente curioso e digno de nota foi a tradução de obras de autores portugueses para o latim, a fim de conquistarem a universalidade da expressão que a língua original não possuía. Para os *Lusíadas*, Luís de Sousa Rebelo cita pelo menos sete versões diferentes. Mas também os sermões do P. António Vieira mereceram ser lidos em latim, uns vertidos ainda no século XVII pelo próprio autor juntamente com o P. Jacob

⁵ Maria Helena da Rocha Pereira, "Bocage e o legado clássico" *Humanitas* XIX-XX (1968) 267-302.

Bosco (*Rosa Mystica* – sermões ascéticos sobre a Virgem Maria), outros em versão do século XVIII.

A segunda metade do século XVIII e quase todo o século XIX, além de redobrar a atenção dada aos autores gregos, é um período fecundo em traduções dos autores latinos. Na primeira metade do século XX, porém, é visível uma quebra no volume das traduções dos clássicos e, concomitantemente, a diminuição do número dos que trabalham directamente sobre o latim, o que leva a que, a princípio, o século pareça contentar-se com as traduções pela via do francês.

É claro que o número e a variedade de traduções dos autores clássicos e neolatinos em Portugal, ao longo das diversas idades, não significa necessariamente a elevada qualidade literária e artística de todas elas. Na verdade, está por fazer o estudo comparativo das versões portuguesas dos clássicos gregos e latinos. Como se fez a hermenêutica de um autor numa e noutra época; em que medida a tradução se apartou do original e traiu a fidelidade ao autor, ou foi mera imitação livre ou paráfrase do seu texto. Em que medida é que diferentes traduções resultam de diferentes interesses ideológicos e reflectem não só a evolução da língua de chegada e dos seus critérios estéticos, como a diferente percepção do horizonte histórico da língua original.

Esta reflexão ficaria, no entanto, incompleta se ignorássemos a segunda metade do século XX, em que a tradução dos clássicos conheceu grande impulso, de modo particular no ambiente universitário de Coimbra. Essa linha de trabalho foi largamente fomentada pelo Instituto de Estudos Clássicos e pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, sobretudo com a criação de diversas colecções exclusivamente consagradas à publicação de traduções comentadas e anotadas, em muitos casos pela primeira vez, na nossa língua. A essas colecções acrescentaram-se ainda outras dirigidas por membros das mesmas instituições junto de editoras comerciais, como a Verbo, as Edições 70 ou a Relógio d'Água Editores. O teatro, poderá dizer-se, foi o campo literário em que o Instituto de Estudos Clássicos de Coimbra mais investiu, nomeadamente nas últimas décadas, com a colecção *Festea*, cujos livros de bolso têm levado, até ao público dos espectáculos, traduções de autores latinos e gregos da mais elevada qualidade. Outro projecto extremamente importante será certamente a recém-criada biblioteca e editora online *Classica Digitalia*, que permitirá colocar em rede global, de forma gratuita, produções científicas da área dos estudos clássicos e humanísticos, incluindo traduções, antes mesmo da sua

comercialização em papel, que não será negligenciada. Sete números, é quanto a série Autores gregos e latinos já publicou desde o seu início, em Abril deste ano, num ritmo que promete não abrandar e que assinalará uma nova era na difusão da produção clássica em língua portuguesa.

O contributo mais singular no campo da tradução terá sido porém a escola de tradução de textos inéditos do Humanismo português, com dignos precedentes nas décadas anteriores, mas nascida essencialmente por volta dos anos 60, sob a direcção de Américo Costa Ramalho. Neste núcleo de investigadores, restrito, a princípio, formaram-se latinistas que têm dado à luz numerosas publicações monográficas, com edições, comentários e traduções daqueles autores, que nos trazem nova luz sobre uma das épocas mais importantes da história e da cultura portuguesa, até então ignorada por todos os que não podiam ler os originais latinos. É todo um património nas áreas da linguística, da música, do teatro, da poesia, do espectáculo, da epistolografia, da história, da filosofia, das ciências, da teologia, da pedagogia, que permanece ignorado ou então é lido e julgado em terceira mão, por quem não pode ler os originais. Se, para esses tradutores, o labor de tradução é ainda mais original – pois não há traduções prévias que valham de referência – temos de admitir que ele se torna cada vez mais necessário, numa cultura que subestima a sua memória e perde gradualmente os meios de acesso às suas heranças intelectuais, espirituais e artísticas, para se deixar substituir pelas culturas dominantes.

MARGARIDA MIRANDA